



Diário da Assembleia

SÃO PAULO

DECRETO LEGISLATIVO N. 58 DE 7 DE JUNHO DE 1971

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere a alínea «j» do inciso II do artigo 13 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo único — É aprovada a indicação dos seguintes Oficiais da Polícia Militar do Estado, para integrarem, como membros, o Conselho Superior da Caixa Beneficente da extinta Força Pública do Estado de São Paulo: Coronel Altino Magno Fernandes, Coronel Raul Humaitá Villa Nova, Coronel Hélio Guaycuru de Carvalho Coronel Nelson Tranchesi, Tenente Coronel Ubirajara Spínola Bravo, Coronel Jonas Flores Ribeiro

40.ª SESSÃO

Júnior (Oficiais da Ativa), Coronel Ricardo Gonçalves Garcia, Coronel Osvaldo Feliciano dos Santos e Coronel Antônio Gomes da Silva (Oficiais da Reserva).

Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de junho de 1971.

JACOB PEDRO CAROLO, Presidente
Nesralla Rubez, 1.º Secretário

Jayro Maltoni, 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 59 DE 7 DE JUNHO DE 1971

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere a alínea

ORDINÁRIA, DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 7.ª LEGISLATURA, EM 1.º DE JUNHO DE 1971

PRESIDÊNCIA

dos Srs.: Jacob Carolo, Glóia Júnior e Ricardo Izar

SECRETÁRIOS,

Srs.: Jayro Maltoni e José Costa

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

As 14 h 30 min. abre-se a sessão, com a presença dos seguintes Srs. deputados: Abilio Nogueira Duarte — Abrahim Dabus — Ademir de Barros — Agenor de Mattos — Agnaldo de Carvalho — Alberto Goldmann — Alex Freua Netto — Alfeu Praça — Guaçu Piteri — Antônio Henrique Cunha Bueno — Antônio Morimoto — Pinheiro Júnior — Antônio Salim Curiat — Arlindo dos Santos — Armando Pannunzio — Simões Neto — Ary Silva — Astolfo Araújo — Aurélio Campos — Benedito Matarazzo — Caio Pompeu de Toledo — Carlos Nelson Bueno — Carlos Cerchiarri — Dulce Salles Cunha Braga — Fauze Carlos — Francisco Antônio Coelho — Geraldino dos Santos — Glóia Júnior — Hatiro Shimomoto — Hélio Nunes da Silva — Walter Braldo — Ivahir de Freitas Garcia — Jacob Carolo — Jacob Salvador Zveibil — Jayro Maltoni — Jamil Dualibi — Januário Mantelli Neto — Jihei Noda — João Prado — Del Bosco Amaral — Jorge Maluly Neto — José Costa — José Eduardo de Faria Lima — José Felício Castellano — Archimedes Lamoglia — José Maria Marin — José Ozi — José Rosa da Silva — José Sabino — Leonel Júlio — Lineu de Paula Leão — Severo Lins — Castello Branco — Nabil Chedid — Nesralla Rubez — Pedro Geraldo Costa — Renato Cordeiro — Ricardo Izar — Ruy Couto — Ruy Silva — Salvador Julianelli — Shiro Kiyono — Sólton Borges dos Reis — Theodosina Ribeiro — Wadih Helu — Waldemar Lopes Ferraz e Welton Gasparini.

SR. PRESIDENTE — Convicto o sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

EMENTÁRIO DA 40.ª SESSÃO ORDINÁRIA

PEQUENO EXPEDIENTE

Arlindo dos Santos — Apela ao Ministério do Trabalho para apurar o procedimento do Inps com respeito à construção civil em S. J. do Rio Preto; congratula-se com a Comissão de Finanças pela escolha do Deputado Alberto Goldmann para relator das contas do ex-governador Abreu Sodré.

José Ozi — Reporta-se a pronúncia anterior sobre a criação da Faculdade de Odontologia e Farmácia em Itapetininga, comenta editorial de jornal da cidade a respeito do assunto e consigna voto de louvor à polícia rodoviária que opera na Rodovia Castelo Branco.

José Costa — Comenta a situação do funcionalismo público estadual, renova sua confiança no governo quanto à solução do problema e apresenta requerimento de congratulações com a população de Franca pela realização da 3.ª Franca.

Carlos Cerchiarri — Enfoca o problema das enchentes em nossa Capital e municípios vizinhos e apresenta indicação no sentido de ser formada comissão para estudar solução para o problema.

Jihei Noda — Comenta notícia de jornal de Campinas que critica membros do MDB por se omitirem na questão do aumento dos vencimentos do funcionalismo.

Jorge Maluly Neto — Fala sobre omissão de socorro nos postos municipais.

José Sabino — Análise o crescente desenvolvimento do nosso País, através principalmente da iniciativa privada.

José Felício Castellano — Focaliza o tema da interiorização da economia paulista e alerta o governo pela nova orientação da CESP transferindo funcionários da Regional de Rio Claro para a Capital.

Presidente Glóia Jr. — Enfoca o problema do pronto-socorro popular.

Comunica a visita do ex-deputado José Amazonas.

Jacob Salvador Zveibil — Comenta os fatores que forçam a alta do custo de vida e solicita inteira prioridade para a comer-

cialização e industrialização de nossa agricultura.

Abrahim Dabus — Sugere à direção da Caixa Econômica Federal concessão de prioridade para exploração da Loteria Esportiva aos clubes de futebol do interior.

Ruy Codo — Apresenta Projeto de resolução instituindo a medalha Poder Legislativo Paulista, para que sejam concedidas às nossas cestobolistas.

José Rosa da Silva — Apresenta Indicação no sentido de ser construído grupo escolar no Jardim Lourdes em Guaiunazes e alerta as autoridades para o futuro Grupo Escolar do Parque Sevilha cujas obras estão paralisadas há 2 anos.

Jayro Maltoni — Apresenta indicações para o funcionamento normal do ramal da EFS no trecho entre Jundiá e Itacé, para a pavimentação da estrada que liga Itupeva a Mal. Rondon e para aposentadoria dos motoristas do Estado aos 25 anos de serviço, além de outras.

Glóia Júnior — Discorre sobre a comemoração do 140.º aniversário da criação do Hino Nacional.

Wadih Helu — Comenta o tratamento que o governo vem dando ao problema penitenciário em nosso Estado e a recente constituição de uma comissão Permanente de Estudos Penitenciários.

Grande Expediente

Pinheiro Jr. — Apela ao Sr. Governador para encaminhar mensagem que aumenta o funcionalismo público estadual.

Pedro Geraldo Costa — Sugere aos Srs. Deputados que cantem, no ato do hasteamento das Bandeiras, o Hino Nacional.

Jorge Maluly Neto — Tece considerações à falta de auxílio à agropecuária no Estado de S. Paulo.

Agenor de Mattos — Fala sobre o novo pedagógico.

Alfeu Praça — Comenta a situação geoeconômica da Região Sul do Estado.

Presidente Fauze Carlos — Suspende a Sessão por trinta minutos.

Ordem do Dia

José Felício Castellano — Encaminha a votação do Projeto de Decreto Legislativo n. 18-71.

Guaçu Piteri — Encaminha a votação do Projeto de Decreto Legislativo n. 18-71.

Presidente Jacob Carolo — Põe em votação e declara aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n. 18-71.

Ary Silva — Discute o Projeto de Decreto Legislativo n. 19-71.

Ivahir de Freitas Garcia — Discute o Projeto de Decreto Legislativo n. 19-71 e indaga da Presidência se há gerador na Casa.

Presidente Jacob Carolo — Confirma a existência de gerador próprio na Casa.

Ivahir de Freitas Garcia — Levanta questão de ordem.

Presidente Jacob Carolo — Esclarece que a questão de ordem levantada deve ser encaminhada por escrito à Mesa, convocando os Srs. Deputados para a sessão ordinária de amanhã, dia 2, às 14h30min. e declara encerrada a presente sessão.

— Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o primeiro orador inscrito, o nobre deputado Arlindo dos Santos.

O SR. ARLINDO DOS SANTOS (LÉ) — Sr. Presidente, Srs. deputados, o procedimento fiscal do Instituto de Previdência Social — INPS — está levando a construção civil ao desespero em São José do Rio Preto, cidade que este deputado representa nesta Casa. Se o governo não mudar a sua orientação em São José do Rio Preto, por certo, entrará em colapso total a construção civil. Há qualquer arbitrariedade praticada na capital da região administrativa por parte da lei ou dos agentes fiscais locais. Acredito que seja a lei, devendo ser modificada, tornando-a mais humana, criando condições para construírem mais habitações; sou por uma taxa a ser arrecadada no valor máximo de 10% da mão-de-obra aplicada na construção e não 35%, como estão cobrando em São José do Rio

«j» do inciso II do artigo 13 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo único — É aprovada a indicação do Doutor José Chiara para integrar, como membro representante do Departamento de Engenharia Hidráulica da Universidade de São Paulo, o Conselho Deliberativo do Fomento Estadual de Saneamento Básico — FESB.

Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de junho de 1971.

JACOB PEDRO CAROLO, Presidente

Nesralla Rubez, 1.º Secretário

Jayro Maltoni, 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 60 DE 7 DE JUNHO DE 1971

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere a alínea «j» do inciso II do artigo 13 do Regimento Interno, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Artigo único — É aprovada a indicação do Doutor Aurélio Araújo para o cargo de Superintendente do Departamento de Edifícios e Obras Públicas.

Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, aos 7 de junho de 1971.

JACOB PEDRO CAROLO, Presidente

Nesralla Rubez, 1.º Secretário

Jayro Maltoni, 2.º Secretário

Prêto. Além de recolher 35% senhores deputados, os agentes fiscais estão notificando todos construtores ou firmas construtoras de prédios construídos há muito tempo, com guias de recolhimento quitadas, para novos cálculos. Logo a seguir apresentam para o construtor novo débito acrescido de multa e correção monetária. É incrível mas isto está acontecendo em São José do Rio Preto! Movimentam todas as autoridades representativas com a finalidade de corrigir esta distorção tributária. Faço um apêl para as autoridades do Ministério do Trabalho e do INPS no sentido de verificarem o que está acontecendo naquela metrópole da Araraquarense.

Senhor Presidente, senhores deputados, quero, nesta oportunidade, congratular-me com a Comissão de Finanças da Assembléa Legislativa, através de S. Exa., deputado Renato Cordeiro, Presidente da douta Comissão, pela feliz escolha do nobre deputado Alberto Goldmann para relator das contas do ex-governador Abreu Sodré a serem apresentadas futuramente nesta Casa. Com este gesto de independência, S. Exa. dá uma demonstração cabal no sentido de realmente valorizar o Poder Legislativo, ao confiar à oposição essa tarefa de alta responsabilidade, ou seja, a de apreciar os gastos de um governador arenista. Procedimento desta natureza, por certo elevará o conceito de S. Exa. e da comissão que ora preside. S. Exa. está de parabéns, assim como os membros desta autêntica comissão.

Éra o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado José Ozi.

O SR. JOSÉ OZI — Sr. Presidente, Srs. deputados, há dias fizemos um pronunciamento solicitando ao Sr. governador de São Paulo a instalação da Faculdade de Farmácia e Odontologia na cidade de Itapetininga.

O assunto começou a tomar conta da população da referida região, bem como os debates têm surgido, e é com prazer que encontramos num editorial do jornal «Aparecida do Sul», do dia 29 de maio último, notícias sobre a necessidade da instalação daquela escola superior, uma vez que haverá um grande benefício para uma grande região, a região Sul do Estado.

O assunto foi elaborado por um especialista da matéria, Dr. Floriano Vilaça, Inspetor na região, e merece a nossa especial atenção, porquanto vem dar uma nova tônica ao pedido que estamos fazendo ao Sr. governador, trazendo também aquele incentivo moral a esta Casa, que vê em relação à sua tese, uma das mais importantes no setor do ensino, um apoio incondicional.

Sr. Presidente, tendo em vista que disponho de pouco tempo, requiro a V. Exa. se digne autorizar a Taquígrafia a publicação do artigo que passarei em seguida às mãos daquela Divisão Técnica.

Sr. Presidente, desejo consignar na ata dos trabalhos de hoje um voto de louvor à Polícia Rodoviária, que opera na Rodovia Castelo Branco, Rodovia que representa um elemento essencial no sistema viário nacional, ou melhor, da América Latina. É a estrada melhor planejada e melhor executada em toda a América Latina. É natural que numa rodovia desse porte, e quando em vez, veículos que por ali trafegam excedam a velocidade permitida, e é aí que verificamos o trabalho excepcional da equipe que localiza nessa via, que não usa o sistema tradicional de policiamento, mas o sistema da verdadeira educação dos motoristas, porquanto o Polícia Militar Rodoviária, localizado naquele setor, faz um trabalho de educação e não de punição.

Por isso, Sr. Presidente, desejo lançar na ata dos nossos trabalhos de hoje esse voto de louvor à Polícia Rodoviária que opera na rodovia Castelo Branco.

Éra o que tinha a dizer.

N. da T. — O documento a que se refere o orador vai publicado no final de Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Leonel Júlio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Guaçu Piteri. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Costa.

O SR. JOSÉ COSTA — (LÉ) — Senhores deputados, sem dúvida, a situação econômica

dos servidores do Estado está a merecer a imediata atenção do poder público estadual, como merece a atenção do Executivo da União a situação dos que o servem na administração federal.

Aliás, como já houve por bem se manifestar o Exmo. Sr. Governador do Estado, o problema vem sendo cogitado, esperando-se para breve sua resolução. E é de todo interesse do governo dar a seus servidores e funcionários ordenados e vencimentos compatíveis com a atual situação econômica do País.

Nas repartições públicas de todo o Estado — que percorremos quando de nosso trabalho cotidiano — verificamos que realmente é precária a situação de nossos servidores, que nos têm transmitido apelos fervorosos no sentido de que diligencemos junto ao Sr. Chefe do Poder Executivo para que seja minorada o quanto antes.

Bem sabemos das dificuldades dos chefes de família — que dão o melhor de si para o bom andamento da nossa administração — para enfrentar o atual custo de vida. É realmente difícil, nos dias de hoje, para quem somente conta com seu salário ou com seus vencimentos, enfrentar compromissos essenciais, como alimentação, vestuário, aluguel, educação etc., mesmo quando estes são baixos.

A verdade é que todos, indistintamente, compreendendo atualmente o esforço que é feito pelo governo para incrementar nosso desenvolvimento, têm concorrido sinceramente com sua parcela de contribuição, notadamente os servidores do Estado de São Paulo. Porém, necessário é que se tenha o mínimo essencial para enfrentar a alta do custo de vida. E esse mínimo já foi reconhecido, para outras categorias profissionais, como sendo de vinte por cento.

Reconhecemos os difíceis compromissos com os quais o Estado se ocupa, para promover o bem geral. Porém, a par dos incrementos essenciais que este deve oferecer, figura, primordialmente, o bem-estar do servidor e de sua família — que coopera ativamente para que o Estado atinja seus objetivos principais.

Nestas condições, aqui deixamos ao Exmo. Sr. Governador a nossa confiança absoluta no seu alto discernimento administrativo e humano, quanto à solução deste magnífico problema.

Aproveito, Sr. Presidente, para encaminhar à Mesa o seguinte requerimento:

A cidade de Franca fará realizar, de 26 de junho a 4 de julho, a III FRANCA — Feira do Calçado e Couro de Franca, para mostrar o que a sua indústria tem feito nesse setor.

Em todas as fases do seu desenvolvimento, desde a criação do município em 1824, a terra das três colinas, como é conhecida, sempre teve uma economia impulsionada com maior ou menor intensidade pela pecuária e, por conseguinte, pelo comércio e indústria do couro.

Com as dificuldades que a agricultura da região conheceu em época mais recente, a economia local voltou-se para a pecuária, intensificando-a. Em síntese, podemos dizer que do entreposto comercial, que era no início, mercê de uma posição geográfica privilegiada, Franca evoluiu para a monocultura do café e, com a crise deste, para a policultura, transformando, ao mesmo tempo, alguns cafezais em pastagens, dando lugar à pecuária e à indústria do couro.

Atualmente, Franca se destaca não só pela produção de cafés finos como pela fabricação de gado gir e indústria de calçados. Esta última consome, além da matéria-prima local, grandes quantidades recebidas de outros Estados.

De qualidade excelente e produzido em larga escala, o calçado de Franca tem muita aceitação no mercado externo e é boa fonte de divisas para a nossa economia.

É, pois, com justificado orgulho que a cidade mostrará o elevado estágio de desenvolvimento da sua indústria de calçado e couro, pelo que não deve esta Casa omitir-se ao ensejo de tão mercedoso acontecimento para o povo francano.

Ante o exposto,

Requeremos seja consignado na ata dos nossos trabalhos um voto de congratulações para com a população de Franca por mo-